



## Editorial

É com imensa satisfação que retomamos a publicação da revista CIADS. Foram muitos os reveses no ano de 2018 que nos impossibilitaram de cumprir nosso compromisso científico de publicação regular. Acreditamos ter superado alguns desses obstáculos e continuaremos aguerridos na defesa desse periódico como importante veículo de debate sobre direito sanitário.

Aproveitamos a oportunidade para renovar nossos agradecimentos aos autores, revisores e demais colaboradores que nos apoiaram e acreditaram no nosso trabalho, certos de que continuaremos unidos nessa jornada.

E, com esse espírito confiante, convidamos a todos e todas para a leitura desse novo número, e que também apresenta uma nova capa para ilustrar as publicações do ano de 2019.

O direito à saúde de pessoas trans\* que buscam ser reconhecidos como sujeito de direitos, inclusive e especialmente nos serviços de saúde, é tema abordado por Albuquerque, Silva e Souza.

Na sequência, segue um grupo de artigos que se destacam pela temática do direito à saúde de pessoas vulneráveis – pacientes em risco de suicídio (Albuquerque et al), crianças (Eler e Albuquerque), idosos (Paranhos e Albuquerque), e adultos com deficiência intelectual (Machado e Albuquerque) – na perspectiva dos direitos humanos e suas interações com a bioética. Também foi concedido um olhar especial aos profissionais de enfermagem nessa mesma perspectiva teórica (Albuquerque, Oliveira e Dias).

O sigilo do prontuário médico a partir das normativas do Conselho Federal de Medicina (Araújo, Rechmann e Magalhães), e os conflitos de interesse que residem nas situações de aborto de fetos anencefálicos de adolescentes grávidas (Lima e Montagner) também são abordados nessa edição. A judicialização da saúde também integra os debates, mas na perspectiva de propostas para a racionalização desse fenômeno (Dal Moro et al).

Na seção Comunicação Breve, contamos com um texto sobre agrotóxico (Daroncho) que aborda a espinhosa tarefa dos pesquisadores em divulgar esses dados.

Por fim, o CIADS apresenta duas resenhas. A primeira, versa sobre obra recém-



lançada em Buenos Aires, e que tem o fim da vida e suas implicações jurídicas e bioéticas como tema (Perracini). Na sequência, apresentamos resenha do primeiro volume da Coletânea Direito à Saúde, publicado pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Kist).

Desejamos que a leitura seja profícua, e que o debate perdure, pois só assim haverá evolução da ciência.

**Maria Célia Delduque**

Editora científica dos Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário